



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007819-34.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Infração Administrativa**
 Impetrante: **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO CARLOS - SAAE**
 Impetrado: **Gerente da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental Cetesb e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO CARLOS - SAAE impetra Mandado de Segurança contra ato exarado pela **Gerente da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB**, objetivando seja a autoridade apontada como coatora obrigada a receber o recurso administrativo interposto, sob fundamento de que é tempestivo.

Aduz que foi autuado pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – CETESB (AIIPM nº 73000249), por lançamento de esgoto doméstico no solo e em corpo d'água, em virtude de vazamento de poço de visita.

Sustenta que, não obstante tenha interposto o competente recurso administrativo no prazo de 20 dias previsto no artigo 101 do Regulamento da Lei 997/76, aprovado pelo Decreto nº 8.868/76, a autoridade apontada coatora não o recebeu por entender que era intempestivo.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 10/23.

Foi indeferida a liminar (fls. 24/25).

A autoridade apontada como coatora prestou informações às fls. 40/44, alegando que o auto de infração foi recebido pelo Impetrante no dia 30/04/2014 (quarta-feira) e, como dia 01/05/2014 (quinta-feira) foi feriado, o início da contagem do prazo foi prorrogado para o dia 02/05/2014, findando-se no dia 21/05/2014 (quarta-feira), tendo o recurso sido interposto no dia 26/05/2014, portanto, intempestivamente.

O Ministério Público manifestou-se às fls. 54/56, pela concessão da ordem



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

postulada no caso de confirmação de não ter havido expediente na CETESB no dia 02/05/2014.

Determinou-se a expedição de ofício à CETESB para que informasse nos autos se no dia 02/05/2014 houve, ou não, expediente.

Às fls. 64 a CETESB informou que não houve expediente na Agência Ambiental de São Carlos no dia 02/05/2014.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O impetrante insurge-se contra a decisão da autoridade apontada como coatora, pelo fato de não ter recebido o recurso administrativo interposto, alegando intempestividade.

De acordo com as informações da CETESB (fls. 40/44), o Auto de Infração e Imposição de Penalidade de Multa foi enviado pelos Correios com Aviso de Recebimento e recebido pelo impetrante no dia 30 de abril de 2014.

Nos termos do artigo 101 do Decreto nº 8.468 de setembro de 1976, que aprova o Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, "*os recursos, que não terão efeito suspensivo, serão interpostos dentro de 20 (vinte) dias, contados da ciência do auto de infração*".

O artigo 108 do citado Decreto estabelece que, "*na contagem dos prazos estabelecidos neste Regulamento, excluirá o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, prorrogando-se este, automaticamente, para o primeiro dia útil, se recair em dia sem expediente na CETESB*".

Pois bem. É incontroverso que o impetrante tomou conhecimento da autuação no dia 30 de abril de 2014, sendo que o dia de início da contagem do prazo para recurso seria 02/05/2014, já que dia 01 de maio foi feriado. Contudo, no dia 02 de maio não houve expediente na CETESB, conforme informação prestada às fls. 64. Assim, a contagem do prazo recursal iniciou-se no dia 05 de maio de 2014 (segunda-feira), primeiro dia útil, nos termos do artigo 108 acima mencionado.

Dessa forma, como o recurso foi interposto pelo impetrante no dia 26/05/2014, forçoso reconhecer a sua tempestividade, devendo ter regular processamento nos termos da legislação aplicável.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, **concedendo a segurança**, para determinar que a Impetrada receba o recurso administrativo interposto pelo Impetrante, ante a tempestividade ora reconhecida e lhe dê seguimento.

Custas na forma da lei, sendo indevidos honorários.

Oficie-se à autoridade coatora, comunicando o teor desta decisão.

Escoados os prazos de recurso, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para o reexame necessário, como determina o artigo 14, parágrafo 1º da Lei nº 12.016/2009.

P.R.I.C.

São Carlos, 01 de outubro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**